

**Impresso
Especial**

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de
Psicologia 7ª Região
...CORREIOS...



Av. Protásio Alves, 2854
Porto Alegre - RS
CEP 90410-006

entre linhas



ESCUTANDO SINGULARIDADES,
TRANSFORMANDO REALIDADES.

Ano X

Número 48

Julho | Agosto | Setembro de 2009



12 | Auditório lotado marca Dia do Psicólogo 2009

05 | Outras palavras... diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam drogas

22 | Saiba como foi o Ano da Psicoterapia no RS

Expediente

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Loiva Maria de Boni Santos
Vice-presidente: Clarice Moreira da Silva
Tesoureira: Clair Ana Mariuza
Secretária: Eduarda Coelho Torres

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Rammingier.

Comissão Editorial: Andréa Lucas Fagundes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Ivarlete Guimarães de França, Karla Gomes Nunes, Leticia Giannechini, Lucio Fernando Garcia, Paula Guntzel, Tatiana Guimarães Jacques.
Jornalista Responsável: Liliana Rauber (MTB/RS 9684)
Redação: José Antônio Silva e Bruna Ostermann
Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301
CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799
crprs@crprs.org.br
Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33
CEP: 95034-000- Fone/Fax: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br
Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304
CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197
pelotas@crprs.org.br

Projeto Gráfico: Violeta Lima
Diagramação: Tavane Reichert Machado
Impressão: Ideograf
Tiragem: 14.000 exemplares
Distribuição gratuita



Cadastre-se no site
para receber
a newsletter
www.crprs.org.br

Editorial

Ao comemorarmos 35 anos de existência do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul, se faz necessário trazer à cena o psicólogo, ocupando os diferentes espaços de intervenção e seu papel como agente de transformação. Os psicólogos, dentro de suas atribuições profissionais, atuando no âmbito da educação, saúde, assistência social, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação, etc., tem como objetivo promover a saúde.

Considerando o conceito ampliado de saúde, como um bem estar biopsicossocial, pensado a partir do acesso aos bens e serviços e dos resultados de uma sociedade mais justa e solidária, ser psicólogo nos dias de hoje é pensar no compromisso social ao qual estamos implicados, seja no individual ou no coletivo.

Pensar a intervenção psicológica na contemporaneidade é colocar-se de frente para a realidade social, acreditando não poder ser possível compreender o fenômeno psicológico somente a partir do homem em si mesmo, faz-se necessário ir além, poder ver o entorno, “ler” nas entrelinhas... atingindo o “humano” a partir de “outras palavras... diferentes olhares”.

Pensar a nossa intervenção nos diferentes espaços produzindo e promovendo saúde é produzir cidadania e justiça social, na perspectiva do homem como ser autônomo que se desenvolve e se constitui a partir da relação com o mundo social e cultural, sendo ele um agente neste contexto. Há que se considerar aí o caráter do protagonismo histórico e político presente na Psicologia como ciência atual. Nós construímos a história e podemos, através de nosso “fazer psicológico”, ajudar as pessoas, os espaços e as comunidades às quais intervimos a gerir a sua própria vida e construir suas próprias histórias. É nessa ação que reside o caráter ético, técnico e também político da psicologia.

Mas é preciso se perguntar... que história estamos construindo?

Encontramos nas páginas dessa edição do Entrelinhas uma leitura da história que estamos produzindo hoje, com tantos feitos públicos e coletivos, como também aqueles que são resultado do trabalho diário junto aos funcionários do CRPRS, imprescindíveis para o crescimento de nosso Conselho profissional nesses 35 anos, marcados com a emocionante inauguração do novo auditório para os eventos da categoria! Você poderá acompanhar os eventos que ocorreram nesses últimos meses e agendar-se para os que estão por vir, em especial, os encontros preparatórios ao VII CNP – Congresso Nacional da Psicologia, instância máxima de caráter deliberativo de nossa categoria que ocorrerá em 2010.

Como é possível perceber temos muito a comemorar, mas também temos muito a fazer, considerando os desafios que temos pela frente.

Sendo assim, a Gestão Plural Psi, através de sua nova diretoria, agora na reta final desta gestão, convoca todos os psicólogos e psicólogas a participar dos diferentes espaços de discussão que o CRP tem proposto à categoria, seja na sede da capital quanto no interior, na certeza de que “Escutando Singularidades, seguiremos Transformando Realidades”.

Loiva Maria De Boni Santos
Presidente

Clarice Moreira da Silva
Vice-presidente

Índice

04	notícias das comissões
12	especial
18	ano da psicoterapia
21	espaço da COF
22	CREPOP
23	controle social
24	agenda

Dica cultural A Corporação

Pouco conhecido do grande público, o documentário “A Corporação” (The Corporation) propõe a discussão crítica sobre o papel das grandes corporações na sociedade contemporânea, busca reconhecer o comportamento das grandes corporações e seu compromisso com as mudanças sociais ao longo da história.

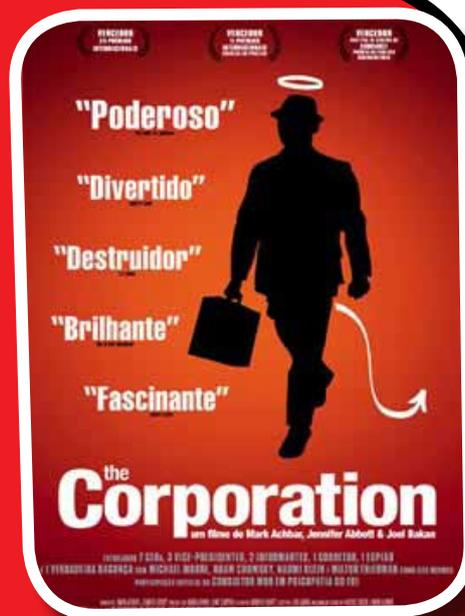
Questões políticas, econômicas, sociais e ambientais são abordadas à luz da atuação das grandes corporações mundiais. Partindo de vasto trabalho de pesquisa e estudo de crimes cometidos por corporações, os diretores buscam, por meio de entrevistas com executivos, acadêmicos, jornalistas, ativistas de esquerda e de direita e até mesmo espíões industriais, entender o funcionamento das corporações e suas motivações para determinados comportamentos. Ou seja, a questão é: a lógica do lucro é responsável também pelo modo como é construída a cultura corporativa e suas noções de responsabilidade social e política?

As relações de trabalho também são afetadas. Seja no que diz respeito à dissociação entre atos individuais de funcionários e realizações criminosas cometidos pelas companhias, seja na desumanização do processo de produção. O esforço humano desprovido de qualquer carga moral ou ideológica é claramente demonstrado em cenas do documentário.

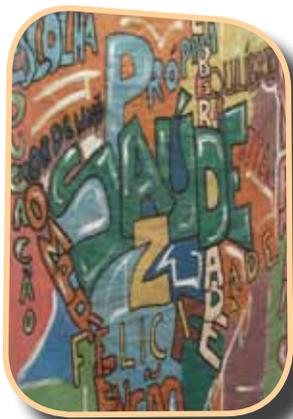
A Corporação é um documentário fundamental no fomento da discussão sobre o que ou quem realmente são as grandes corporações mundiais e como sua atuação influencia o comportamento de consumo de todos nós.

Para mim, a indagação proposta pelo filme é: Mas, e se corporações fossem mesmo indivíduos? Que tipo de gente seriam?

Andréa Fagundes
Conselheira do CRPRS



Ficha Técnica
Título: A Corporação
(The Corporation), 2004
Direção: Mark Achbar e
Jennifer Abbott
Baseado no Best Seller:
The Corporation: The
Pathological Pursuit of
Profit and Power



Para pensar e falar sobre o cuidado de pessoas que usam drogas

Durante o segundo semestre de 2009, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) promove sete Seminários Regionais e um Estadual para debater o papel do psicólogo no cuidado de pessoas que usam drogas. O Projeto Outras Palavras é uma iniciativa da Comissão de Políticas Públicas (CPP) do CRPRS e tem como objetivo ampliar a discussão sobre o assunto.

O primeiro passo para uma mudança no cenário foi o Seminário “Outras palavras no cuidado de pessoas que usam drogas”, realizado em novembro de 2008 e que contou com a presença de mais de 160 pessoas envolvidas em áreas de interesse. A CPP, em parceria com o Fórum Gaúcho de Saúde Mental (FGSM) e a Associação Brasileira de Redutoras e Redutores de Danos (Aborda) definiu considerações que deverão ser discutidas nos próximos debates.

Considerações do seminário Outras Palavras no cuidado de pessoas que usam drogas:

1) A fragilidade ou a inexistência de serviços de atendimento baseados no respeito à subjetividade e aos Direitos Humanos do usuário.

2) As práticas de cuidado em saúde têm sido regidas por um caráter religioso ou por modelos medicocentrados, o que não garante efetividade no cuidado dos usuários de drogas e, ainda, reforça o modelo excludente e segregador tão combatido pela Luta Antimanicomial.

3) A religiosidade/espiritualidade no tratamento, assim como a abstinência, pode ser uma estratégia, jamais uma imposição. A intervenção deve estar focada no desejo do usuário, potencializando assim a autonomia e o compartilhamento de responsabilidade.

4) A necessidade de considerar a singularidade de cada sujeito, valendo-se do direito universal à saúde, na humanização do tratamento e na inclusão social.

5) A Redução de Danos aparece como um conjunto de estratégias que, baseado no aumento do grau de responsabilidade, visa à autonomia e ao protagonismo dos sujeitos. O que está em foco é a defesa da vida e dos direitos humanos.

6) A promoção da saúde se dá na busca constante pela qualidade de vida para as pessoas, portanto, qualquer tentativa de reduzir ou evitar o uso abusivo e/ou dependência de drogas deve levar em conta as práticas de vida diárias do ser humano.

7) Apesar dos avanços na rede de cuidado, permanecem ações parciais, esvaziadas e pouco resolutivas no interior de alguns serviços de saúde. Isso denota o desconhecimento sobre o assunto e gera preconceito. O descaso de alguns trabalhadores e gestores com essa questão reforça a marginalidade e perpetua práticas distantes das noções de promoção.

8) Urge a construção e disseminação de novas tecnologias de cuidado, para que o vínculo e o afeto substituam a eficiência e eficácia, acolhimento se sobreponha à contenção e cuidado e atenção estejam focados na defesa e no projeto de vida do sujeito, não apenas na abstinência.

Os oito seminários que acontecerão no Rio Grande do Sul culminaram dessas reflexões. Eles têm o intuito de reunir trabalhadores, gestores de diferentes áreas (saúde, educação, assistência social) usuários, familiares, organizações da sociedade civil e comunidade loco regionais para informar, sensibilizar e discutir sobre a questão. Serão discutidas estratégias de intervenções baseadas nas diretrizes propostas pela Política Nacional de Álcool e Drogas do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde que tem como premissas a Redução de Danos e a Luta Antimanicomial.

A principal crítica dos psicólogos engajados no projeto e apoiados pela gestão Plural Psi é que não se pode naturalizar a atitude de negação que continua excluindo e segregando através da desculpa do desconhecimento. De acordo com Loiva De Boni Santos, psicóloga social comunitária, consultora em Dependência Química e conselheira do CRPRS, existe uma atitude social reforçada pela mídia de negação dessa realidade: “Vivemos em uma sociedade onde o estímulo ao consumo e a busca imediata do prazer como fonte da felicidade é desencadeadora de toda a ordem de compulsões, por isso não se pode focar o problema apenas em uma substância, como se o sujeito não tivesse vida própria. A sociedade assim como o usuário sem controle e a família adoecida negam o problema, naturalizando essa negação, a ponto de não querer ‘nem pensar’, muito menos falar sobre isso. É preciso pensar que temos na escuta humana a nossa ferramenta de trabalho, nela se manifesta a subjetividade humana, e é por essa expressão que se dá a elaboração dos conflitos, por isso precisamos sim **pensar e falar**”.

Os Seminários

Os encontros serão divididos em três momentos. A primeira parte será uma mesa-redonda que refere sobre a subjetividade humana e a relação com a droga, contemplando aspectos básicos do uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas, bem como as orientações da política nacional para o tema. Além disso, trará o relato de experiências que deram certo do cuidado em liberdade e em rede. Na segunda parte serão desenvolvidas discussões com foco no cuidado de crianças e adolescentes, na perspectiva da Educação e Assistência Social, sempre focando trabalhos exitosos que existem no Estado ou região, através de rodas de conversa conduzidas por especialistas na área. Na Plenária Final serão relatados os resumos das discussões que, depois de sistematizados, irão compor o material de pesquisa que o CREPOP vem realizando com auxílio da CPP. Este material deverá auxiliar na discussão do GT Nacional, bem como na proposição de material de referência para a categoria e redes de cuidado.

Agende-se:

11 de setembro: Passo Fundo	02 de outubro: Ijuí
11 de setembro: Pelotas	02 de outubro: Caxias do Sul
25 de setembro: Alvorada	07 de outubro: Lajeado
25 de setembro: Santa Maria	06 de novembro: Encontro Estadual – Porto Alegre
16 de outubro: Alvorada	Data a definir: Novo Hamburgo
28 de outubro: Igrejinha	

Mais informações no site: www.crprs.org.br

GT Nacional

No ano passado, o CRPRS levou para a Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), que reúne representantes do Conselho Federal e de todos os Regionais de Psicologia, pauta sobre o cuidado com o usuário de álcool e outras drogas, propondo a discussão do tema e a viabilização de uma campanha nacional. Assim surgiu o GT Nacional. As conselheiras Loiva De Boni Santos e Maria de Fátima Fischer são representantes do Rio Grande do Sul no Grupo de Brasília.

CRPRS propõe inclusão de usuários no debate do problema do crack

Mesmo destacando os aspectos positivos do estudo anunciado pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), a ser realizado em parceria com a UFRGS em 11 municípios, que deverá mapear o uso do crack no Rio Grande do Sul, a conselheira do CRPRS, Maria de Fátima Bueno Fischer, sugeriu que o trabalho inclua com mais destaque a figura dos usuários da droga: “O estudo ficará incompleto se não garantir espaço ao protagonismo dessas pessoas”, disse Fátima, na apresentação do projeto pela secretária adjunta da Senad, Paulina Duarte, em reunião do Comitê Estadual de Luta Contra o Crack, da Assembléia Legislativa/RS, dia 20 de agosto.

O CRPRS participa do Comitê Estadual de Luta Contra o Crack, da Assembléia Legislativa/RS, que irá encaminhar à sociedade gaúcha proposição para o enfrentamento da questão, em seminário a ser realizado em setembro deste ano.

Representando o CRPRS juntamente com a conselheira Loiva De Boni Santos, no encontro que reuniu dezenas de participantes de entidades como Cruz Vermelha, polícias civil, militar e federal, Pastoral Carcerária, Ministério Público Estadual, comissões da Assembléia Legislativa, ONGs e militantes sociais, Fátima também propôs que o estudo dê atenção aos currículos universitários. “Sugiro que a Senad proponha ao Ministério da Educação uma alteração nos currículos, de modo a incluir informações básicas, para que os profissionais que saem dos cursos no mínimo saibam como funciona o SUS e as políticas em relação ao uso de drogas”, declarou.

Outras Palavras

Já a conselheira Loiva De Boni Santos lembrou que o CRPRS tem feito o contraponto, no estado, à abordagem

puramente repressiva da questão: “Combater o crack significa também realizar ações conjuntas, em vários aspectos”, disse. Ela propôs a inclusão, no âmbito do Senad, do projeto “Outras Palavras”, desenvolvido pelo Conselho. “Todos nós somos cuidadores”, acrescentou Loiva. “Não podemos ficar apenas na lógica do terror”, argumentou, reforçando a necessidade de trazer também o usuário para o debate, e não apenas o técnico.

A pesquisa vai abranger 11 municípios gaúchos e deverá estar concluída, segundo Paulina Duarte, em março do próximo ano. Serão investidos R\$ 3 milhões para a pesquisa e outros R\$ 11 milhões de recursos federais para projetos sociais de prevenção ao uso de drogas e recuperação de usuários. Em termos nacionais, o trabalho abrange ainda os estados SP, RJ, ES, DF e BA, concluindo-se esta fase com um seminário internacional sobre o tema, em março de 2010.

Três eixos

A secretária adjunta da Senad explicou que o projeto baseia-se em três eixos principais: Mobilização; Prevenção; e Intervenção, com ampla capacitação dos agentes das políticas a serem desenvolvidas ou ampliadas.

A Senad tem um edital em aberto, até dia 31 de outubro próximo, para receber projetos, nos municípios, que possam ser incluídos no plano.

Informações pelo site: www.obid.senad.gov.br

Fátima Fischer e Loiva Santos



Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul foi um dos apoiadores do Congresso Internacional de Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial, realizado em Porto Alegre, de 11 a 13 de junho de 2009. Confira abaixo trechos de entrevistas com dois dos palestrantes do evento, que contou com mais de mil participantes de todos os estados brasileiros e outros sete países.

“Psiquiatras acham que a complexidade está no hospital, mas, na saúde mental, a complexidade está no território. Há muito para ser pesquisado, estudado. A verdade é que quem desenvolve trabalhos no Programa de Saúde da Família e nos Caps, pessoas que estão ancoradas no território, conseguem resultados que quem interna em um Hospital Psiquiátrico não consegue. Claro que a internação é necessária em alguns momentos, por isso tem que ter leito nos Caps e também ter a emergência psiquiátrica de retaguarda. Mas o trabalho de reabilitação se efetiva no lugar onde as pessoas moram. A saúde mental não é só tratar de pacientes, é contribuir com o índice de felicidade da população.”

Antônio Lancetti



Stand do CRPRS no Congresso

“O Brasil tem uma experiência muito rica e um papel de vanguarda em muitas áreas. É um país continental, com uma cultura plural e com experiência de saúde que é única, não só na América do Sul, como internacionalmente. O SUS – Sistema Único de Saúde inclui a questão da participação social, do controle da sociedade, e isso tudo é inovador no mundo inteiro, facilitando a reforma psiquiátrica. (...) O movimento de reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial tem contaminado muito outros setores e segmentos nos campos jurídico, da educação, pedagógico, literário e artístico. Filmes nacionais e também a novela “Caminho das Índias” abordam cada vez mais a questão dessa luta social e política. Quando o campo da cultura adota um determinado tema é fundamental, porque significa uma mudança de mentalidade, mudança de comportamento, não apenas mudanças administrativas, burocráticas e protocolares.”

Paulo Amarante

Psicóloga na direção do DTP

Especializada em Criminologia e com um largo currículo na área, a psicóloga Magaly Andriotti Fernandes assumiu em 26 de junho de 2009 a Direção de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Confira abaixo a entrevista que ela concedeu ao CRPRS:

Qual a importância social e política da Psicologia assumir este cargo?

O tratamento penal é o departamento responsável pela saúde, assistência jurídica, social, psicológica, educação e trabalho prisional das pessoas que cumprem pena no Rio Grande do Sul. Ter um psicólogo nesse lugar é de extrema importância para a garantia dos direitos humanos. Planejo implementar programas de individualização da pena de forma sistemática e continuada dentro das políticas públicas já existentes.

De que forma a Psicologia pode colaborar na melhoria do Sistema Penitenciário?

A partir de nosso referencial de técnicos em saúde, da nossa ética profissional, fazendo da escuta do outro um elo forte na construção de redes internas e externas, pro-

duzindo ou incentivando políticas públicas de inserção, de inclusão social, implementando efetivamente programas de individualização da pena.

Como foi o desenvolvimento da sua carreira?

Sou uma servidora penitenciária desde 1987, sempre trabalhando como psicóloga, com diferentes vínculos no decorrer desses anos na Instituição prisional: estagiária, cargo em comissão, contrato emergencial e concursada. O que tem diferenciado minha prática no decorrer desses anos é ter me mantido a frente de implementação de ações efetivas de tratamento penal, tais como realização de grupos para preparação da liberdade, acompanhamento a abusadores sexuais, na proposta de individualização da pena para mulheres encarceradas no regime semi-aberto e aberto. Nesse trabalho também interagi com Organizações Não-Governamentais, com a Pastoral Carcerária, com demais Igrejas que prestam atendimento a pessoas presas e com os Conselhos da Comunidade. O meu grande desafio é que os programas sejam implementados e subsistam as pessoas, como já ocorre nas políticas de saúde pública, por exemplo.

Mobilização pela Conferência Nacional de Comunicação

A ampliação de cinco para seis coordenações executivas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), durante a Plenária Nacional do Fórum, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de julho e 1º de agosto, exigiu muita negociação, mas foi saudada como um avanço pela maioria dos participantes. A conselheira do CRPRS, Ivarlete Guimarães de França, presente ao encontro, informa que foram necessárias nada menos que dez reuniões, durante os dois dias, para se chegar a esta composição. “Mas conseguimos ampliar o número de entidades participantes, tornando mais plural e representativa a composição do FNDC”, conta. O fator determinante para a ampliação das entidades na composição do FNDC foi o reconhecimento de todos os presentes da necessidade de ampliar as bases que dão sustentação aos ideais da democratização da comunicação no Brasil, tendo em vista que no cenário atual os empresários estão se utilizando de manobras para pressionar o governo, o que pode comprometer a realização da Conferência.

Além disso, a partir da área de Psicologia, o Fórum referendou cinco teses a serem levadas à Conferência, marcada para o mês de dezembro.

Sobre a ampliação do número de membros na representação do Fórum, que exigiu muita negociação das entidades presentes ao encontro, assim ficou a composição: Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas); Abraço (Rádios Comunitárias); Fitert (Trabalhadores das telecomunicações); Anart (Associação Nacional dos Artistas), Conselho Federal de Psicologia; e CUT, a nova integrante.

Teses da psicologia

As cinco teses da área da psicologia, referendadas pela Plenária do FNDC, haviam sido aprovadas durante

o Seminário Preparatório para a Conferência Nacional de Comunicação, realizado em Brasília, entre os dias 23 e 25 de julho. Elas focam os seguintes temas: controle social da mídia (entendido como controle público dos meios de comunicação); fim da publicidade dirigida à criança; fim da publicidade de bebidas alcoólicas; trânsito e mobilidade (propaganda de veículos com incentivo à velocidade); e o fim da exploração da imagem da mulher, do homem, da criança e do adolescente pela mídia.

Ivarlete lembra que a inserção da Psicologia como setor da sociedade civil na Executiva do FNDC se impôs pela constatação evidente de que hoje a mídia é uma das grandes forças a influenciar e produzir demandas – muitas vezes artificiais – dentro da sociedade, voltadas apenas ao aumento do consumo. “Outras áreas representadas no Fórum são mais voltadas às suas questões específicas, na defesa e valorização do papel dos jornalistas ou das rádios comunitárias, por exemplo”, lembra a presidente do CRPRS. “Porém a Psicologia trata diretamente dos efeitos muitas vezes negativos que a mídia desregulamentada gera em toda a sociedade, e portanto sua abordagem procura ter um alcance mais amplo”.

Seminário no CRPRS

No dia 18 de setembro, o CRPRS promove o seminário Mídia e Psicologia, com a participação da psicóloga Roseli Goffmann, consultora *ad hoc* do Conselho Federal de Psicologia, e o jornalista Juliano Carvalho. O evento será no auditório do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854/4º andar) Informações pelo fone (51) 3334-6799 ou eventos@crprs.org.br.



Melissa Classen,
Carlos Freitas e
Cláudia Cardoso

Mobilização em todo o Estado

A Comissão Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), da qual o CRPRS é uma das entidades integrantes, está percorrendo o Estado para encontros com prefeituras e câmaras de vereadores. No dia 24 de junho, a coordenadora da Subsede Sul, Melissa Rios Classen, acompanhada de Cláudia Cardoso, representante da Campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania, estiveram reunidas com o secretário de Comunicação de Pelotas, Luiz Carlos Freitas. Os objetivos e propostas da I Confecom foram apresentados ao secretário que demonstrou interesse pelas discussões e preocupações que norteiam a Conferência. Além de Pelotas, a Comissão RS já esteve em Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Esteio, Canoas, Cachoeirinha e Passo Fundo.

VII CNP

O ano de 2010 será muito importante para todos os psicólogos, pois será o ano do VII CNP – Congresso Nacional da Psicologia. O CNP é a instância máxima de caráter deliberativo, realizado a cada três anos, e depende da participação de cada psicólogo do país para sua efetividade. É no CNP que são definidas as políticas nacionais a serem implementadas e/ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia, visando ao desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

O tema do VII CNP já está definido: Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão. A partir deste tema, poderão ser propostas teses em três eixos temáticos. São eles:

Eixo 1 – Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia.

Eixo 2 – Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional.

Eixo 3 – Diálogo com a sociedade e com o Estado.

Cada tese descreve uma situação problema e aponta diretrizes e encaminhamentos para o seu enfrentamento/superação. Assim, o psicólogo pode se fortalecer, deixando de ser o único em sua queixa, problematizando-a coletivamente e, com isso, buscando formas para a superação do problema. Na tese, ao apontar a diretriz para ação do Sistema Conselhos, os psicólogos estão indicando o que deve ser feito. Também, há a indicação de encaminhamentos, ou seja o procedimento que deverá ser adotado, o “como” deverá ser feito para abordar a problemática descrita.

O processo do CNP já iniciou com os eventos preparatórios, e até março de 2010 serão realizados os pré-congressos, em diferentes cidades do Rio Grande do Sul, buscando atingir todas as regiões do Estado. Nestes eventos serão propostas teses e eleitos delegados para o Congresso Estadual da Psicologia – COREP, que deve ocorrer em maio. Estes delegados irão defender as teses de sua região e ajudar a construir outras proposições com base em teses originadas em todos os estados brasileiros. No final do COREP, serão eleitos os psicólogos delegados para o Congresso Nacional, que acontecerá no mês de junho, em Brasília. O Rio Grande do Sul poderá ter até 19 delegados, dependendo do número de participantes de cada pré-congresso. O CRP também poderá levar ao congresso nacional um estudante de Psicologia como observador.

O COREP também é um espaço importante para articulação de chapas que concorrerão às eleições para a próxima gestão do CRPRS, que serão realizadas em 27 de agosto de 2010, Dia do Psicólogo. Esta nova gestão terá mandato de setembro de 2010 até setembro de 2013.

Então, acompanhe as etapas do CNP, participe do pré-congresso de sua região, sugira teses que possam contribuir com o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Você também é responsável por isso!

Anuidades

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul convoca todos os psicólogos regularmente inscritos para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 1º de outubro, com primeira chamada às 19 horas, e segunda chamada às 19h30. Na pauta estão os valores de anuidade, taxas, multas e emolumentos para o exercício de 2010. Será no Auditório do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854/ 4º andar). Compareça!

Líderes Saudáveis, Organizações Saudáveis

Com o compromisso de refletir a saúde mental dos líderes no mundo contemporâneo, onde as exigências de resultados e a pressão do tempo são fatores adoeecedores, a Comissão de Psicologia do Trabalho do CRPRS – Subsele Serra promove o I Seminário Líderes Saudáveis, Organizações Saudáveis, dia 26 de setembro, em Caxias do Sul. A programação inicia às 8h30 e segue até às 13h, no Auditório do Bloco A da UCS. O evento conta com o apoio da ARH Serrana, Endança e UCS. Informações pelo fone (54) 3223-7848.

Nova Diretoria

No dia 03 de setembro de 2009, tomou posse a nova diretoria da Gestão Plural Psi, que se mantém até setembro de 2010. As funções ficaram a cargo das conselheiras:

Loiva De Boni Santos - Presidente

Clarice Moreira da Silva - Vice-presidente

Clair Mariuza - Tesoureira

Eduarda Coelho Torres - Secretária

Psicoterapia
Trânsito
Avaliação Psicológica
Ética
Supervisão

A História do Presente

Com o objetivo de analisar os temas que se repetem ao longo dos 35 Anos do CRPRS, o GT História da Psicologia promove o evento A História do Presente, dia 22 de setembro, às 19h30, no auditório da sede (Av. Protásio Alves 2854, 4º andar). O evento inicia com um vídeo, que traz depoimentos de psicólogos gaúchos sobre a relação do CRPRS com as seguintes questões: Avaliação Psicológica, Ética, Psicoterapia, Supervisão, Entidades Representativas, Trânsito e Formação. Foram entrevistados os seguintes profissionais: Denise Bandeira, Lucio Fernando Garcia, Inúbia Duarte, Denise Hausen, Tânia Galli e Gerson Silveira. Após a exibição do vídeo, a psicóloga Ana Maria Jacó-Villela, do Instituto Clio Psiché, do Rio de Janeiro, fará uma fala sobre a História da Psicologia.

Informações pelo fone (51) 3334-6799 ou eventos@crprs.org.br. A entrada é gratuita.

Psicologia e Interfaces com a Justiça

Nos dias 24, 25 e 26 de setembro, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul promove o Seminário Estadual Preparatório Psicologia e Interfaces com a Justiça. O evento será no auditório da sede (Av. Protásio Alves 2854, 4º andar), com entrada franca. Inscrições pelo fone (51) 3334-6799 ou eventos@crprs.org.br. A abertura será com a apresentação artística do Grupo Cultural hip hop MC's para a Paz. Serão três mesas de debate: A importância da Psicologia na transformação do modelo de intervenção no espaço da Justiça; Vara de Família, Crianças e Adolescentes; e Saúde Mental e Sistema Prisional. Ao final do evento serão escolhidos quatro psicólogos que serão delegados no Seminário Nacional. A programação completa está no site www.crprs.org.br.

Nota de repúdio

No dia 21 de agosto de 2009 morre mais um agricultor sem terra, Elton Brum da Silva, em uma ação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul ao fazer a desocupação de parte da Fazenda Southall em São Gabriel. No ato em que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra reivindicava recursos por educação, saúde e infra-estrutura básica para sobrevivência nos assentamentos, bem como o assentamento de famílias acampadas na região, um tiro dado à queima roupa de uma arma de grosso calibre atinge diretamente o corpo de Elton em um ato simbólico que pretende calar, eliminar e tornar invisível vozes e atos de determinados setores da sociedade que lutam por direitos sociais e constitucionais.

A luta pela terra não é nova, assim como não é nova a repressão violenta contra todos e todas que lutam por justiça social. Nosso país viveu recentemente uma ditadura militar que durou 20 anos e que deixou marcas profundas em nossa sociedade, além de uma perversa herança: a impunidade, principalmente contra atos criminais cometidos pelo estado.

Felizmente no Brasil não há pena de morte formal e juridicamente instituída. Entretanto, há muitos anos assistimos a execução sumária de pessoas escolhidas como réus em função não de atos criminais realizados, mas pelo que elas são ou representam em termos de diversidade e contraditoriedade a uma "ordem" instituída com o objetivo exclusivo de fomentar o "progresso" de alguns. Consequentemente, há cada vez mais julgamentos e condenações arbitrárias, especialmente direcionada a determinados grupos sociais, tendo como trágico exemplo disto, a situação de extrema violência contra os movimentos sociais que vem ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul, desencadeada principalmente pelo Governo e os órgãos oficiais de "Segurança Pública" deste estado. Esta sensação de que a história se repete, nos faz pensar no modo como este governo e como grande parte da mídia trata as questões sociais, ou seja, como caso de polícia, criminalizando os pobres e os movimentos sociais, cada vez que estes ameaçam a soberania totalitária deste alguns.

Neste jogo perverso, quem dita o que é verdade ou quem decide silenciar as vozes e os fatos é um grupo de mando autoritário que continua violando direitos de forma sistemática, utilizando-se de métodos típicos da política/polícia ditatorial tais como a repressão extrema, censura e eliminação, mas com a aparente diferença de que agora tenta se legitimar por eleições ou por uma parcial justiça formalizada.

Diante disso, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do RS vem manifestar sua total indignação, revolta e repúdio à forma bárbara com que os movimentos sociais neste estado vem sendo tratados por este governo, culminando na trágica morte do agricultor sem terra Elton Brum da Silva. Além disso, esta Comissão manifesta sua solidariedade ao MST neste momento de profunda tristeza e indignação, reafirmando nosso compromisso com as lutas dos movimentos sociais e com todos e todas que lutam por justiça e solidariedade num mundo menos maniqueísta, violento e ditatorial.

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do RS

Pesquisa aponta satisfação dos inscritos e incentiva melhorias no CRPRS

O Conselho Regional de Psicologia do RS, através da Investigare – Pesquisa e Comunicação, promoveu uma pesquisa entre os psicólogos inscritos na entidade. Foram realizadas 1.111 entrevistas que tinham o objetivo de identificar a imagem do CRPRS junto à categoria, conhecer o nível de satisfação, analisar aspectos positivos e negativos, entender motivos que fazem os profissionais participar das atividades promovidas e fazer melhorias.

Através da pesquisa, pode-se concluir que a maioria dos psicólogos do Rio Grande do Sul atua como autônomos, alcançando um índice de 30,7%. Profissionais com carteira assinada vêm em segundo lugar, abrangendo 18,9% da categoria; 17,6% são funcionários públicos e 17% profissionais liberais. Concluiu-se ainda que 86,4% das pessoas atuam como psicólogos e que os outros 13,6% não atuantes estão desempregados.

Na área de formação, um número significativo tem curso de especialização e pós-graduação. São 37% e 24%, respectivamente.

Nas pesquisas referentes à participação e conhecimento sobre a entidade, os entrevistados compreendem ser de responsabilidade do CRPRS as tarefas de regulamentar a profissão (97,3%), a de promover a valorização e participação profissional da articulação da psicologia com a sociedade (95,9%) e a deste funcionar como tribunal de ética profissional (92,1%). Vale ressaltar que dar assessoria jurídica aos

profissionais e oferecer serviços de planos de assistência médica e telefonia celular não são funções da entidade.

O funcionamento do CRP, além da Plenária e Diretoria, também se faz através de Grupos de Trabalho (GT) e as Comissões Especiais, mas apenas 41% dos inscritos têm conhecimento sobre o assunto. Essas estruturas são abertas à participação de todos psicólogos regularmente inscritos no CRP e debatem temas específicos de interesse da categoria.

Temas com os quais a entidade deve se envolver foram sugeridos pela pesquisa e bem aceitos pelos entrevistados. Saúde Pública, Legislação Profissional e Psicologia Organizacional foram os mais interessantes para os entrevistados. Sugestões foram dadas principalmente por profissionais com mais tempo de inscrição.

A pesquisa apontou que é importante a presença do Conselho na mídia, e identificou os hábitos da categoria com relação aos veículos de imprensa. A partir disso, a Comissão de Comunicação elaborou um Plano de Comunicação, e após foi realizada licitação para contratação de uma agência de publicidade. A vencedora foi a empresa Comunicação Simples, que apresentou uma proposta com inserções em jornais, emissoras de rádio e TV de quatro regiões: Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. A campanha de 35 Anos do CRPRS tem o objetivo de aproximar a sociedade da profissão. Em 2010, a campanha será ampliada e terá um foco diferenciado, mais voltado à categoria.

Trânsito e Mobilidade Humana

A Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana convidou diversas entidades para participarem das reuniões, passando a ser composta por psicólogos e outros profissionais. O objetivo é a ampliação e qualificação das discussões, na busca de ações interdisciplinares na solução dos problemas que envolvem o trânsito. A Comissão conta com a participação das seguintes representações: Sindicato dos Psicólogos do RS, Sociedade de Psicologia do RS, Comando da Polícia Rodoviária Estadual, Detran/RS, Polícia Rodoviária Federal, Fundação Tiago Gonzaga, EPTC, psicólogos peritos examinadores do trânsito (CFC), estudantes de psicologia, Instituição Ande Bem, entre outras. O CRPRS dará continuidade aos encontros, buscando ampliar as discussões para além das questões do âmbito legal e técnico, identificando possibilidades e necessidades junto a comunidade de soluções para o trânsito, bem como na identificação e elaboração de propostas de políticas públicas em mobilidade humana, além de campanhas na área.

Título de Especialista em Psicologia do Trânsito

O CFP realiza Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título de Especialista em Psicologia do Trânsito no dia 25 de outubro, em 11 capitais. As inscrições estão abertas no período de 17 de setembro a 16 de outubro, no site www.pol.org.br.

O concurso é a oportunidade para os psicólogos que atuam na área obterem a titulação, exigida pelas Resoluções nº 267/08 e nº 283/08 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que determinam que a partir de 2013 serão credenciados apenas os psicólogos portadores do Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP.



Delegação gaúcha no Encontro Nacional

Educação de qualidade para todos

O Ano da Educação foi encerrado no dia 29 de maio com uma reunião entre o Conselho Federal de Psicologia e o Ministério da Educação. Na ocasião, o presidente do CFP, Humberto Verona, entregou ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, a Carta de Brasília, elaborada por participantes do Seminário Nacional – Ano da Educação do Sistema Conselhos de Psicologia, realizado no final de abril, na Capital Federal, que contou com quatro delegadas gaúchas: Ana Brum, Ana Carolina Coelho, Rosa Veronese e Rosângela Soares.

“O Seminário Nacional do Ano da Educação foi pautado por uma discussão democrática dos vários temas envolvidos contribuindo para a emergência tanto de pontos convergentes como discordantes. Importa a possibilidade do encontro dos profissionais da área com questões e reivindicações semelhantes compartilhando sentimentos muitas vezes vivenciados de forma solitária”, conclui a coordenadora do GT Educação do CRPRS, psicóloga Ceres Simone Simon.

As propostas que chegaram no Seminário Nacional partiram das reuniões e debates durante os Seminários Regionais. Veja quais foram as resoluções gaúchas que chegaram à Brasília:

Eixo 1 – Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva – “Há uma necessidade crescente de pensarmos a escola como espaço de inclusão para tantos outros sujeitos, muitos deles sem necessidades especiais, mas com sérias dificuldades de inserção nas escolas”, afirma a psicóloga Ana Brum. Através da psicologia, é proposto que haja uma política intersetorial que ligue a educação com saúde, assistência social, trabalho, moradia, renda, saúde mental/luta antimanicomial. Este último é indispensável para que haja outro modo de resolução do problema, como os Caps e Residenciais Terapêuticos que compõem a Rede Substitutiva. “Temos pensado em legitimar o trabalho dos psicólogos junto às equipes diretivas das escolas, utilizando uma abordagem institucional. Propor espaços de visibilidade e escuta aos anseios das crianças e jovens, das famílias, dos educadores e construir junto com eles práticas escolares inclusivas”, completa Ana.

Eixo 2 – Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática – partiu de questionamentos para encontrar resultados possíveis para as propostas. Qual o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão e da Psicologia Escolar enquanto campo de atuação do psicólogo? Quais pressupostos norteavam a construção do conhecimento no campo da Psicologia e da Psicologia Escolar, bem como suas finalidades em relação à escola e àqueles que dela participam? A primeira sugestão neste âmbito é inserir a psicologia nas Políticas Públicas através do Sistema Único de Saúde (SUS). Somada a ela, vem a idéia de garantir ações para que os alunos

tenham atenção integral e que os professores possam planejar e compor seu trabalho. Foi observado, ainda, que existe a necessidade da Psicologia refletir sobre um outro lugar no campo da educação, deixando de ser uma área reguladora e disciplinadora, sendo assim legitimada a função do profissional na Escola/Educação. A psicóloga Ana Carolina Coelho, relatora do segundo eixo, enfatiza a atuação da psicologia na educação: “O psicólogo escolar deve potencializar o lugar da educação, não reproduzir a exclusão ou a patologização. Deve trabalhar com a diversidade, a comunidade e a interdisciplinaridade”. A garantia da formação permanente revelou-se importante nessa análise. Por fim, o destaque para a participação popular, debates sobre educação com a participação do Conselho Regional de Psicologia do RS nas instâncias de controle social do campo da educação (conselhos municipais, estaduais, nacional).

Eixo 3 – Psicologia em instituições Escolares e Educacionais – envolve a atuação do psicólogo junto a alunos, familiares, educadores e demais profissionais ligados à educação. Rosa Veronese, relatora deste eixo, afirma que “muitos ainda não compreendem a importância política desta mobilização, demonstrando desesperança pela falta de reconhecimento e políticas que regulamentem o profissional da psicologia escolar e educacional como integrante de equipes multidisciplinares nas redes públicas de ensino”.

Eixo 4 – Psicologia no Ensino Médio – Um dos pontos reivindicados no Seminário Estadual foi a ausência do psicólogo no ensino médio. Segundo a psicóloga Rosângela Soares, delegada que acompanhou este tema, colocar em pauta o assunto já é importante: “Foram raros os momentos em que isso aconteceu. É uma forma de conhecer as experiências de quem trabalha na área, os argumentos a favor e contrários da categoria sobre a inclusão da psicologia no ensino médio”. A discussão procura romper com a lógica disciplinar e retomar o debate estabelecendo diretrizes de atuação. Enfocar, ainda, uma das grandes críticas à escola, que é a individualização. Buscar soluções para isso com aulas de psicologia durante o ensino médio. Rosângela ressalta a importância da psicologia na educação: “Poderia ser produtiva para crianças e jovens na compreensão das relações humanas e sociais da sexualidade, subjetividade humana na sociedade atual e outros temas contemporâneos que, em alguma medida, constituem o sujeito do nosso tempo”.

Do encontro em Brasília, ficou definido como proposta novos encontros para aprofundar a temática

Para ler a Carta de Brasília, acesse: http://www.crprs.org.br/noticias_internas.php?idNoticia=798



Auditório novo lotado e muita emoção marcam comemoração dos 35 Anos do CRPRS na sede

Com o novo auditório e as demais dependências da sede do Conselho Regional de Psicologia lotados, muitos cumprimentos, reencontros e bastante emoção marcaram a comemoração dos 35 Anos do Conselho e do Dia do Psicólogo, na noite de quinta-feira, 27 de agosto, em Porto Alegre. Além da inauguração do moderno auditório no segundo andar da sede, com capacidade para 90 pessoas, a solenidade também reservou espaço para uma homenagem aos funcionários do CRPRS e, em especial, ao lançamento do **Prêmio Cultural Claudinho Gomes**.

Nas paredes do auditório, o público pode admirar uma parte das obras de Claudinho – um usuário do sistema de saúde mental que só ao ser integrado a um modelo de tratamento que privilegia a autonomia e a participação social, pode revelar todo seu grande talento artístico. Em sua fala de apresentação, a então vice-presidente do Conselho, Fátima Fischer, representando a Gestão Plural Psi, destacou que o caso deste portador de sofrimento psíquico e artista, falecido precocemente, é também um exemplo. “Ele mostra que a intervenção psicossocial deve incidir

sobre a subjetividade cidadã, tirando o indivíduo do lugar de tutelado para o de protagonista de direitos”.

Dia do Psicólogo e 35 Anos do CRPRS

Na apresentação geral, a lembrança de que a profissão de psicólogo foi regulamentada em 27 de agosto de 1962, através da Lei 4.119/62, e a partir de então passou a ser comemorado como o Dia do Psicólogo. Já em 1971, a Lei 5.766 disciplinou a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. O CRP 07, instalado em agosto de 1974, originalmente englobava em sua jurisdição também os estados do PR e SC, além do Rio Grande do Sul.

Mesa

Compuseram a mesa da solenidade, além de Fátima, o psicólogo Marcos Ratinecas, representando o CFP; a psicóloga Iara de Lurdes Camaratta Anton, presidente da Sociedade de Psicologia do RS; o psicólogo Roger Leal Soares, diretor do Sindicato dos Psicólogos do RS; a psicóloga Neuza Guareschi, presidente da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação

em Psicologia e representante da Gestão Prapsis; e ainda a psicóloga Loiva Leite, coordenadora da Pensão Nova Vida, de Porto Alegre, onde Claudinho pôde afirmar sua autonomia e revelar todo seu talento. As palavras de Loiva, recordando o período de passagem do artista pela Nova Vida, foram um dos momentos mais emocionantes da comemoração.

Além dos mais de cem psicólogos presentes e de representantes de várias outros setores sociais, também prestigiaram o evento o diretor do Conselho Regional de Contabilidade/RS, Pedro Gabriel; o advogado Julio César Caspani, representando a OAB; a diretora do Conselho Regional de Farmácia, Carmem Pilla; e ainda a secretária de Educação e Cultura de Tapes, Vera Cielo – cidade onde o artista, natural de Arambaré, também morou.

Música

A abertura do evento e o encerramento ficaram por conta do Quarteto de Cordas da OSPA, que executou o Hino Nacional, o Hino Riograndense e vários clássicos instrumentais da música brasileira. Após o coquetel de confraternização, houve um show

popular a cargo do cantor, violonista e compositor Alexandre Knorre (também psicólogo), que colocou muita gente a dançar.

Entre os mais animados, estavam os convidados muito especiais Suzana Bernhardt, Sandra Mara Lopes da Silva, Solange Gonçalves Luciano - todos ex-usuários e contemporâneos de Claudinho Gomes na Pensão Nova Vida.

Funcionários

Os funcionários do Conselho ficaram surpresos ao serem lembrados pelos conselheiros, nos 35 Anos do CRPRS: “Hoje queremos também homenagear aqueles que através de seu trabalho, fazem parte desta história”, disse a psicóloga Paula Guntzel, que fez a apresentação do evento. Foi convidada para ir à frente do palco a funcionária Terezinha Oliveira, com mais de duas décadas de trabalho no Conselho, assim como outros veteranos da casa, como Lucio Garcia, Adriana Burmann e Keli Rossi, e ainda Patrícia Martins e Célia Vit. Estes seis funcionários representaram a homenagem dos conselheiros à todos os demais integrantes da equipe, incluindo os estagiários.



Caxias do Sul

Em Caxias do Sul, os 35 anos do CRPRS e o Dia do Psicólogo foram comemorados no Aristos Café Gourmet Pub. Cerca de 100 pessoas participaram do coquetel e acompanharam o lançamento do I Prêmio Cultural Claudinho Gomes.

Pelotas

Em Pelotas, mais de 60 pessoas participaram do coquetel comemorativo na Subsede Sul. Antes do brinde, o psicólogo Giovanni Cantarelli relatou os resultados dos fóruns promovidos pelo Ano da Psicoterapia no Estado.



Santa Maria

Mais de 100 pessoas compareceram ao sarau cultural promovido pelo GT Centro-Oeste no Prefácio Café. O momento de confraternização também marcou o lançamento do Prêmio Cultural Claudinho Gomes.

I Prêmio Cultural Claudinho Gomes

Lançada no Dia do Psicólogo, a iniciativa do CRPRS pretende premiar expressões artísticas de usuários e produções de Psicólogos e acadêmicos de Psicologia, nas seguintes modalidades:

1 - Categoria usuários de serviços de saúde mental:

- 1.1 – Esculturas / Instalações
- 1.2 – Pinturas e ilustrações
- 1.3 – Poesias e textos

2 – Categoria profissionais e estudantes de Psicologia

- 2.1 – Artigo com o tema “Arte e Loucura”

Os três primeiros colocados de cada modalidade receberão os seguintes prêmios:

- 1º lugar: R\$ 800,00
- 2º lugar: R\$ 500,00
- 3º lugar: R\$ 300,00

Oficinas

Vários serviços de saúde mental estão oferecendo oficinas de arte para usuários com o objetivo de estimulá-los à participação no Prêmio. Se você também quer promover uma oficina em sua cidade, entre em contato com o CRPRS, que fornecemos o material necessário: premio@crprs.org.br.



Obra de Claudinho Gomes.

Menção honrosa

Os usuários, profissionais e estudantes de Psicologia poderão indicar um psicólogo(a) com trabalho de destaque na área da Saúde Mental. A indicação deverá vir com argumento que justifique o reconhecimento deste profissional, que tenha promovido a inclusão de usuários de saúde mental. As indicações serão avaliadas pela Comissão Julgadora.

Como participar

Acesse o site do www.crprs.org.br, clique no banner do Prêmio. Lá está disponível o Regulamento, a Ficha de Inscrição de trabalhos e o formulário para indicação de Menção Honrosa. As inscrições vão até o final de novembro.

Exposição de Práticas movimenta a sede

A I Mostra de Práticas em Psicologia no Campo das Políticas Públicas, organizada pelo CRPRS, foi um sucesso! Foram 44 trabalhos aprovados para o evento do dia 28 de agosto, tendo mais de 200 pessoas envolvidas, entre autores e co-autores. Psicólogos de 13 municípios do Rio Grande do Sul estiveram na sede da entidade para expor seus pôsteres sobre os mais diversos assuntos. Os trabalhos foram avaliados pelos psicólogos: Cleber Ratto, Helena Scarparo, Lilian Weber, Neuza Guareschi, Sandra Fagundes, Vânia Mello e Vera Pasini.

Todos os trabalhos inscritos foram de muita qualidade e relevância para o campo das Políticas Públicas, por isso, a Comissão Avaliadora decidiu destacar com Menção Honrosa, além dos três primeiros colocados, outros três pôsteres que também apresentaram práticas inovadoras.

Confira os destaques da Mostra:

1º Lugar: Justiça Comunitária: uma Experiência na Lomba do Pinheiro.

Autora: Rafaela Duso. Co-Autores: Luciano Silveira Pimentel, Carolina Bellotti Lucas Lopes, Luciano Elias Bruxel e Everton Silveira.



Comissão Avaliadora



“Temos que pensar na ação que as práticas psicológicas devem ter sobre a vida dos sujeitos. Não são para eliminar sintomas e doenças, mas sim promover a vida.”

Neuza Guareschi, integrante da Comissão Avaliadora da Mostra

2º Lugar: Como uma coisa tão legal pode ter o nome de terapia?

Autora: Guilene Salerno. Co-Autora: Maria Lúcia Andrade Reis.

3º Lugar: A Representatividade da Categoria dos Profissionais de Psicologia nos Conselhos Municipais.

Autora: Roberta Fin Motta. Co-autora: Luciana Dimpério.

Menção Honrosa: Violências contra a Mulher e a Lei Maria da Pena.

Autor: Alexei Conte Indursky. Co-Autores: Raquel da Silva Silveira, Fernanda Barbosa Miragem e Germana Vogt.

Menção Honrosa: Políticas Públicas em Interface com a Formação Profissional na Saúde.

Autora: Jaqueline Tittoni. Co-autora: Paula Marques da Silva.

Menção Honrosa: Saúde Mental na Atenção Básica – Construindo Redes

Autora: Flávia Schröder Darski. Co-Autores: Zilah Ribeiro, Monica Hermann, Tânia Maria Nunes Barbosa dos Santos.



“O Ministério da Justiça está com uma proposta de difundir núcleos de Justiça Comunitária pelo Brasil, como forma alternativa de tratamento dos conflitos. Em 2008 eu fui contratada para iniciar esse trabalho na comunidade da Lomba do Pinheiro, com o objetivo de formar moradores da comunidade em agentes de mediação comunitária.”

Rafaela Duso, autora do pôster “Justiça Comunitária: uma Experiência na Lomba do Pinheiro”, trabalho que recebeu o 1º Lugar na Mostra.

“A terapia comunitária desenvolvida em uma escola de Porto Alegre que atende jovens em situação de rua e drogadição é mais um dos espaços que nós temos de fala, troca de experiência e escuta. A metodologia criada pelo psiquiatra Adalberto Barreto, do Ceará, propõe que as pessoas, através do diálogo, transformem dor em competência.”

Guilene Salerno, cujo trabalho “Como uma coisa tão legal pode ter o nome de Terapia?” ficou em 2º Lugar.



“O trabalho é um relato de experiência minha e de uma colega sobre a participação em Conselhos Municipais de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente. Nós refletimos, problematizamos e trabalhamos as questões relacionadas às Políticas Públicas; as facilidades, as potencialidades, os desafios e tudo o que podemos conquistar com a nossa participação.”

Roberta Fin, autora do pôster que ficou em 3º Lugar: “A Representatividade da Categoria dos Profissionais de Psicologia nos Conselhos Municipais”.

Além da Mostra, o evento ainda contou com duas rodas de conversa. A primeira, comandada pela psicóloga Rose Mayer, abordou as práticas da Psicologia nas Políticas Públicas. No final da tarde, após a exibição do vídeo “Fora de Si”, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia dentro da série Não é o que Parece, as psicólogas Loiva De Boni Santos e Guilene Salerno debateram a questão do álcool e outras drogas.



Psicologia, Organizações e Trabalho



O último evento da Semana do Psicólogo foi no sábado, 29 de agosto. A psicóloga Maria da Graça Jacques enviou um vídeo em que aponta questões relativas aos dois campos de atuação do psicólogo Organizações e Trabalho. Este vídeo pode ser conferido no blog do CRP pelo endereço: <http://blog.crprs.org.br>.

Em seguida, a psicóloga Miriam Minotto, da Comissão de Psicologia do Trabalho da Subseção Serra coordenou o debate. As palestrantes Tatiana Ramminger e Fernanda Beck explanaram sobre o tema.

Rumos da psicoterapia debatidos em Fórum Estadual

Um rico processo de reflexão e debate por parte da categoria marcou o Fórum Estadual do Ano da Psicoterapia, realizado das 9h às 18h do sábado, 22/08, no auditório do Coral Tower Hotel. O espaço ficou lotado por participantes de Porto Alegre e pelas delegações do CRPRS vindas de Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, especialmente para o encontro. “**A Constituição das Psicoterapias como campo interdisciplinar**”, primeiro eixo do evento, foi abordado pela mesa composta pela professora e psicoterapeuta cognitiva Simone da Silva Machado e pela psicóloga e psicanalista Denise Costa Hausen, com mediação da psicóloga psicanalista Clarice Moreira da Silva, conselheira do CRPRS e coordenadora do GT da Psicoterapia.

“Se a psicoterapia é uma disciplina científica ou um conjunto de métodos e técnicas, uma coisa não exclui a outra”, afirmou Denise. Ela alertou para o risco do corporativismo nesta discussão. Na mesma linha, defendeu: “Não podemos eliminar qualquer teoria e prática regulamentada no corpo da nossa profissão”.

Simone, por sua vez, ilustrou sua explanação com a exibição de imagens de obras de arte e disse que é “extremamente complicado falar em hierarquia entre as psicoterapias”. E chamou a atenção para o risco de um conhecimento muito específico: “Especializar-se não significa ter um conhecimento focado, específico. Especializar-se é sim, ir além, acrescentar novos olhares a uma ação. Caso contrário podemos ficar presos em “igrejas teóricas”, voltados a espaços exclusivistas”, argumentou.

Parâmetros técnicos e éticos

Após os debates do tema, com intensa participação da plateia, o painel seguinte abordou “**Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos**”. Na mesa, o psicólogo e psicoterapeuta Jefferson Silva Krug, coordenador do Curso de Psicologia da FACCAT; a psicóloga, terapeuta psicodramatista e coordenadora da ABEP Sul, Algaides de Marco Rodrigues; com mediação de Sandra Rute Silva Martins, psicóloga, psicoterapeuta e conselheira do CRPRS. Abordando o crescimento e o desenvolvimento das áreas de atuação do psicólogo nos últimos anos e suas repercussões na formação do psicólogo, Jefferson questionou: “A diversidade de práticas que atualmente temos em psicologia enfraquece o estudo da psicoterapia na graduação? Ou coloca a questão de que



devemos refletir sobre a abrangência da prática de psicoterapia e quais seus campos de exercício?”.

Sobre os parâmetros técnicos e éticos, Algaides lembrou que a “a graduação deveria em tese dar toda a formação necessária – mas nunca estamos prontos. É importante não só a prática no consultório privado, mas também em outros espaços, com diferentes pacientes e outros tipos de sofrimento”. Para ela, “é preciso também ter troca de saberes e internacionalizar em nós estas vivências”. Da platéia, partiu a colocação: “Não se pode ter uma idéia linear de aprendizagem da psicoterapia, pois o aprendizado é complexo e vivencial”. Outra presente, favorável à criação de parâmetros, defendeu que “a autorização para a prática da psicoterapia deve vir dos próprios pares, que legitimam aquele profissional.”

Outras abordagens

O pioneiro Chico Pedro, 82 anos, um dos fundadores do CRPRS, disse que é fundamental na formação haver transdisciplinaridade entre os docentes. E recordou que há outras abordagens, a serem conhecidas e debatidas: “Na Universidade da Costa Rica, por exemplo, os últimos dois anos são de estágio em projetos comunitários, com diagnóstico e avaliação e uso de práticas diversas”. Também citou o caso do Canadá. “Lá o professor é também um consultor do aluno, e o estudante sempre faz uma auto-avaliação. Em outros países só se recebe o título de psicoterapeuta após o segundo ano de pós-graduação”, afirmou. Chico Pedro deixou uma reflexão para todos: “A história não é feita de soluções, e sim de processos...”

Demais grupos

“Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da psicoterapia” foi a terceira e última mesa do Fórum. O debate ficou a cargo da psicóloga e psicanalista Bárbara de Souza Conte, ex-conselheira do CRPRS e membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica; e da psiquiatra e psicanalista Amélia Thereza de Moura Vasconcellos, membro e fundadora da ABRAP. Como mediadora, a psicóloga especialista em psicossomática Eduarda Coelho Torres, conselheira do CRPRS.

Única médica participante do Fórum, Amélia referiu que “é preciso delimitar áreas, mas trabalhar com humildade e ter vasos comunicantes”. Ela garantiu ter aprendido muito com psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Porém, além da formação básica e específica da metodologia e da prática psicoterapêutica, a representante da ABRAP diz que “o futuro profissional precisa se submeter à



psicoterapia pessoal, como paciente, pois irá trabalhar com as emoções das pessoas e necessita ter claro até onde suas próprias emoções podem interferir no processo”. Amélia também afirmou que a regulamentação da área da psicoterapia não é suficiente para resolver a questão e garantiu que a ABRAP “não pensa em regulamentar esta prática”.

Bárbara Conte, igualmente, entende que a diversidade que caracteriza a psicologia e o campo das psicoterapias deve ser discutida “além de enquadramentos e regulamentações”. Conforme ela, as associações que congregam psicólogos e psicoterapeutas “precisam, democraticamente, criar espaços para o diálogo, não só entre os psicólogos, mas entre os psicólogos e as demais categorias que exercitam a psicoterapia, para discutirem parâmetros que garantam a competência nessas práticas”.



“Os Fóruns Regionais de Psicoterapia foram espaços importantes de reflexões e questionamentos dos psicólogos a respeito de sua prática e formação profissional. Percorrendo diferentes regiões do Estado, verificamos a complexidade das questões levantadas pelos colegas e a importância deste tema estar em pauta. As discussões apontaram convergências e divergências ligadas aos eixos apresentados, e esse é justamente o objetivo do trabalho: a construção de referências que só poderão ser reconhecidas como tal após estes momentos de troca e discussão pela própria categoria.

Em função de não ser a psicoterapia uma atividade exclusiva dos psicólogos, este foi um dos assuntos que mais gerou polêmica. Por outro lado, parece haver unanimidade em considerar a ética como alicerce para o exercício profissional. A valorização dos aspectos teóricos e técnicos também foi salientada, acrescida da importância dos cuidados vivenciais, os quais envolvem os estágios, a supervisão das práticas e a atenção com o próprio psiquismo, permitindo aos sujeitos condições para refletirem criticamente acerca do seu fazer cotidiano.

A construção de referências para estas práticas faz-se necessária para que se possa dialogar com uma mesma linguagem. Porém, frente à diversidade de abordagens psicoterápicas, entende-se que devam ser respeitadas as peculiaridades de cada referencial teórico-técnico relacionado, evitando-se um engessamento e padronização que não contemple esta diversidade.”

Clarice Moreira da Silva, Eduarda Coelho Torres e Sandra Rute Martins
Conselheiras do CRPRS
Integrantes do Grupo de Trabalho da Psicoterapia

“Os Fóruns ocorridos durante o ano oportunizaram aos psicólogos um espaço de interlocução plural sobre psicoterapia. A discussão sistematizada através dos eixos temáticos facilitou o aprofundamento em cada item. Acredito que houve um poderoso avanço nas questões propostas, amplificação do tema e fortalecimento da prática. Considero importante a sequência do debate junto à categoria, com a inclusão dos diversos atores sociais envolvidos.”

Antonio Donati
Porto Alegre

“A subseção Sul - Pelotas está muito otimista com o ano da Psicoterapia, consideramos de grande importância para os psicólogos da região este ano de debates e criações; interessados que estamos em fazer de nossa profissão uma profissão ética, comprometida com a sociedade e reconhecida por ela. Acreditamos que, através da iniciativa do CFP e de seus Regionais, vamos conseguir um comprometimento maior da categoria. Precisamos definir o que é Psicoterapia, nosso campo de atuação; temos que valorizar e investir em divulgação junto à população e aos meios educacionais, pois somente com a construção de uma sólida formação, teremos o reconhecimento junto aos usuários e planos de saúde. Precisamos divulgar nossos métodos e nossas técnicas como sendo de rigoroso teor ético, comprometidos que estamos com o bem estar das pessoas, dedicados ao estudo dos processos mentais, o comportamento humano e as relações entre eles. Para que nossa ação se torne uma realidade promissora, precisamos trabalhar junto de nossos colegas, para que utilizem somente práticas reconhecidas, dando credibilidade ao nosso fazer profissional. Não podemos ficar preocupados com técnicas não reconhecidas, temos que mostrar nossa competência, e não descuidarmos do nosso maior campo de atuação: “as Psicoterapias”. Este é, seguramente, o mais antigo pilar e a mais nobre das áreas de nossa atuação. Para tanto, precisamos de um CFP afinado com a categoria, pesquisando, sugerindo, divulgando e apoiando os profissionais psicólogos clínicos, pois esta não é uma área superada, como seguidamente ouço falar. É claro que, como toda profissão, estamos em constante remodelação, com o surgimento de novos campos, novos mercados, mas em um mundo que vive a instantaneidade, cada vez mais seremos profissionais indispensáveis. Já não era sem tempo de nosso Conselho voltar-se para a Área Clínica, para as psicoterapias, trabalhando a ética, formação e informação dos nossos fazeres.”

Giovani Cantarelli
Pelotas

“O Fórum Regional em Taquara foi realizado no dia 04 de julho, com o apoio da Sociedade de Psicologia do RS. O debate foi rico e produtivo, promovendo o contato com diferentes experiências de trabalho e de posicionamentos quanto ao exercício da psicoterapia por psicólogos. Embora a psicoterapia não seja uma prática exclusiva da nossa profissão, no imaginário social há forte vinculação entre psicoterapia e Psicologia. Assim, um eixo importante das reflexões no fórum foi pensar uma formação de qualidade, que possa contribuir para a legitimidade e ética de nosso trabalho, a partir de pontos comuns que serviriam como alicerce para qualquer prática psicoterápica exercida por psicólogos. Além da oportunidade que tivemos de contribuir na construção de referenciais para a nossa profissão, a realização deste debate em Taquara registra também a disponibilidade e o empenho do CRP para a aproximação com a categoria em suas diferentes realidades.”

Júlia Cristina dos Santos
Taquara

“O Fórum ocorrido na cidade de Caxias do Sul mostrou-se como uma das grandes possibilidades da categoria estar se articulando e debatendo sobre um dos temas que nos dizem diretamente respeito. Houve a possibilidade de discussão madura, denotando um real envolvimento e preocupação com a nossa profissão. Tenho participado das ações do Conselho desde há muito tempo e tive enorme satisfação em poder encontrar colegas e acadêmicos de Psicologia, engajados na busca de tornar a nossa profissão mais qualificada. Participar de espaços como este dá o verdadeiro sentimento de pertencimento à uma categoria profissional que já se mostra mais amadurecida, tendo conquistado avanços em direção a uma identidade profissional.”

Maria Elisa Fontana Carpena
Caxias do Sul

“Acredito que a discussão sobre o exercício da psicoterapia vai ao encontro das questões que permeiam a profissão psicólogo, pois sabemos que para além das teorias se faz necessário delimitar as ações neste campo. Deste modo, o GT Centro-Oeste vem debatendo a importância da formação, que inicia na graduação, devendo esta ter continuidade para o exercício da prática no campo clínico. Neste sentido, uma das dificuldades encontradas na abordagem do tema tem sido a questão da interdisciplinaridade, já que sabemos que para que essa seja possível necessitamos de um vasto conhecimento da nossa área, o que em alguns casos se coloca como um entrave. Isto porque o conhecimento se apresenta para nós através das especialidades, dificultando a comunicação com as diferentes áreas. Penso que a discussão deve ter como eixo central a clínica ampliada, de forma que os profissionais da psicologia possam se apropriar da dimensão ético-política da nossa profissão.”

Vânia Forte de Oliveira
Santa Maria

RESOLUÇÃO CFP Nº 001/2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e;

CONSIDERANDO a necessidade de haver um registro das informações decorrentes da prestação de serviços psicológicos que possibilite a orientação e a fiscalização sobre o serviço prestado e a responsabilidade técnica adotada;

CONSIDERANDO a necessidade de contemplar de forma sucinta a assistência prestada, a descrição e a evolução do processo e os procedimentos técnico-científicos adotados no exercício profissional;

CONSIDERANDO que o registro documental, além de valioso para o psicólogo e para quem recebe atendimento e, ainda, para as instituições envolvidas, é também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal;

CONSIDERANDO o que está disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, no dia 31 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DOS REGISTROS DOCUMENTAIS

Art. 1º. Tornar obrigatório o registro documental sobre a prestação de serviços psicológicos que não puder ser mantido prioritariamente sob a forma de prontuário psicológico, por razões que envolvam a restrição do compartilhamento de informações com o usuário e/ou beneficiário do serviço prestado.

§ 1º. O registro documental em papel ou informatizado tem caráter sigiloso e constitui-se de um conjunto de informações que tem por objetivo contemplar de forma sucinta o trabalho prestado, a descrição e a evolução da atividade e os procedimentos técnico-científicos adotados.

§ 2º. Deve ser mantido permanentemente atualizado e organizado pelo psicólogo que acompanha o procedimento.

Art. 2º. Os documentos agrupados nos registros do trabalho realizado devem contemplar:

- I – identificação do usuário/instituição;
- II – avaliação de demanda e definição de objetivos do trabalho;
- III – registro da evolução do trabalho, de modo a permitir o conhecimento do mesmo e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnico-científicos adotados;
- IV – registro de Encaminhamento ou Encerramento;
- V – documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do psicólogo.
- VI – cópias de outros documentos produzidos pelo psicólogo para o usuário/instituição do serviço de psicologia prestado,

deverão ser arquivadas, além do registro da data de emissão, finalidade e destinatário”.

Art. 3º. Em caso de serviço psicológico prestado em serviços-escola e campos de estágio, o registro deve contemplar a identificação e a assinatura do responsável técnico/supervisor que responderá pelo serviço prestado, bem como do estagiário.

Parágrafo único. O supervisor técnico deve solicitar do estagiário registro de todas as atividades e acontecimentos que ocorrerem com os usuários do serviço psicológico prestado.

Art. 4º. A guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço.

§ 1º. O período de guarda deve ser de no mínimo 05 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

§ 2º. O registro documental deve ser mantido em local que garanta sigilo e privacidade e mantenha-se à disposição dos Conselhos de Psicologia para orientação e fiscalização, de modo que sirva como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal.

CAPÍTULO II DOS PRONTUÁRIOS

Art. 5º. Na hipótese de o registro documental de que trata o art. 1º desta Resolução ser realizado na forma de prontuário, o seguinte deve ser observado:

I – as informações a ser registradas pelo psicólogo são as previstas nos incisos I a V do art. 2º desta Resolução;

II – fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações registradas, pelo psicólogo, em seu prontuário;

III – para atendimento em grupo não eventual, o psicólogo deve manter, além dos registros dos atendimentos, a documentação individual referente a cada usuário;

IV – a guarda dos registros de atendimento individual ou de grupo é de responsabilidade do profissional psicólogo ou responsável técnico e obedece ao disposto no Código de Ética Profissional e à Resolução CFP nº 07/2003, que institui o Manual de Documentos Escritos, produzidos pelo psicólogo, decorrente de avaliação psicológica.

Art. 6º. Quando em serviço multiprofissional, o registro deve ser realizado em prontuário único.

Parágrafo único. Devem ser registradas apenas as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 30 de março de 2009.

HUMBERTO VERONA
Conselheiro Presidente

Psicólogo o seu fazer nos interessa!



Com esse chamado o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop – tem convidado a categoria a participar dos ciclos de pesquisas sobre a atuação profissional de psicólogos no campo das políticas públicas. Nesse ano já foram realizados três ciclos de pesquisa, enfocando as políticas públicas de educação básica; políticas públicas sobre álcool e outras drogas; e políticas públicas de mobilidade urbana, trânsito e transporte. Um número importante de psicólogos aceitou o convite e respondeu aos questionários online (ainda disponíveis no Portal do Crepop – <http://crepop.pol.org.br>) participando também dos Grupos para Psicólogos e Reuniões Ampliadas.

As etapas presenciais dos ciclos de pesquisas são momentos de grande importância, pois o processo de produção de referências para a atuação dos psicólogos deve acontecer a partir do diálogo e da interlocução com os profissionais que atuam em diferentes áreas, dando visibilidade às diferentes experiências e às práticas inovadoras.

Entre os meses de setembro e outubro, será pesquisada a atuação profissional de psicólogos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Álcool e outras drogas

Em entrevista, psicólogas aprovaram a reunião para criação de referências para álcool e outras drogas:

“Encontros oportunizados pelo CRPRS, que reúnem psicólogos que trabalham nesse campo para discutir, pensar e trocar experiências é um pontapé inicial importante na construção de políticas públicas para álcool e outras drogas. Acredito que o Conselho pode inclusive incentivar um processo de pensar em uma maneira de fazer contraponto do discurso da mídia. Nós temos que pensar sobre isso sim!”

Camila Guaranha – Psicóloga e Residente 3º Ano da Escola de Saúde Pública do RS

“Eu percebo que as práticas profissionais, no que se refere à temática álcool e outras drogas, têm sido, predominantemente, tradicionais. É importante ampliar a discussão da psicologia sobre essa questão e adotar outras diretrizes de trabalho e formas de cuidado que não foquem na abstinência ou na droga, e sim no sujeito. Por isso, eu aposto na perspectiva da redução de danos, porque ela considera o sujeito como ser humano singular e integral, capaz de protagonizar a sua história e intervir sobre a sua vida. O CRPRS, através das reuniões do Crepop, proporciona que psicólogos problematizem sobre o tema, revejam seus processos de trabalho, compartilhem experiências e dificuldades enfrentadas, a fim de construir novos rumos para a atuação nessa área.”

Cláudia Magalhães – Psicóloga, atua na Política Municipal HIV-aids/Programa Redução de Danos, em Santa Maria/RS.

Controle social

Vinte anos de dificuldades e avanços no controle social das políticas públicas

Os quase 20 anos de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) são um bom termômetro para medir as dificuldades e avanços dos mecanismos de controle social no país. A assistente social e assessora técnica do Conselho Estadual de Saúde (CES/RS), Adalgiza Balsemão Araújo, com longa militância na área da saúde pública, considera a 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986, o marco inicial do controle social no Brasil, pois suas resoluções constituíram um capítulo específico da Constituição de 1988. “Nosso estado participou ativamente do processo nacional e aqui implantou desde o final da década de 80 as comissões, as conferências e os conselhos de saúde, com caráter deliberativo e fiscalizador”, relata.

Atraso no RS

Adalgiza destaca que o atual governo do estado tem dificultado uma maior participação da sociedade civil organizada nas políticas públicas do RS: “Temos trabalhado muito para reverter esta situação, e acredito que iremos conseguir, mas sabemos da falta de democracia porque passam as políticas públicas em nosso estado atualmente”.

Já o procurador aposentado da República, Derocy Giacomo Cirillo da Silva, com extensa trajetória de defesa do controle social através do Ministério Público, aponta três grandes problemas para que a participação social nas políticas públicas seja mais efetiva:

“Primeiro, temos uma grande necessidade de maior qualificação dos conselheiros”, diz o procurador. “Depois, nota-se uma incompreensão ou não reconhecimento, por parte dos gestores públicos, do caráter deliberativo dos conselhos e conferências. E para completar, há muita fragilidade nos ajustes e nas relações entre os três níveis de gestão – federal, estadual e municipal”.

Sem cadeira cativa

Em relação aos conselhos de saúde, Derocy considera que seria um grande avanço a adoção, por todos os níveis, da solução definida pelo Conselho Nacional de Saúde, realizando eleições por todos os

segmentos interessados – com exceção dos gestores públicos – para participar dos conselhos, sem qualquer cadeira cativa. “Esta transformação permitiria uma maior participação dos conselheiros nas políticas de saúde e aumentaria sua independência em relação ao gestor público”, acredita ele.

Papel do psicólogo

Com participação em vários segmentos de debate e formulação de políticas públicas no estado – como os conselhos estaduais e municipais de assistência social, saúde, e da criança e adolescente – o CRPRS tem um motivo especial para saudar estas duas décadas de crescente participação social nas formulações de políticas públicas: “Historicamente, 20 anos representa pouco tempo”, reflete a psicóloga Karla Gomes Nunes, assessora técnica do CRPRS. “Mas notamos como vem crescendo entre os psicólogos gaúchos uma consciência cidadã, com um pensamento sobre seu papel político e não mais, apenas, como um profissional pretensamente imparcial, voltado somente ao desejo do paciente”.

ABRAPSO 2009

No final de outubro, o CRPRS participa do Encontro Nacional da ABRAPSO, em Maceió. Um dos trabalhos a serem apresentados conta a experiência da participação dos psicólogos gaúchos nos conselhos de Controle Social. Após o evento, este trabalho estará disponível para download no site do CRPRS.

Agenda

Cursos

Psicodrama em Redes Sociais

Clínica em Pesquisa em Psicologia Social e Psicodrama
Informações: (51) 3331-7407 / (51) 9842-7125
maltanev@terra.com.br
www.psicodrama-redes-sociais.com.br

Gestão da Política Social

Informações: www.aleixo.com/gpas2009/

Psicoterapia Psicanalítica

ESIPP
Informações: (51) 3209-6524
esipp@terra.com.br

Tudo Começa em Casa: Um Estudo do Desenvolvimento da Infância ao Adulto

CEPdePA
Informações: (51) 3222-3900
cepdepa@cepdepa.com.br

A Psicologia do Adulto Jovem e Adulto Maduro

Clam - Clínica de Atendimento ao Adulto Maduro
Informações: (51) 3328-0622
www.clam.emed.com.br

Terapia Familiar

CEFI - Centro de Estudos da Família e do Indivíduo
Caxias do Sul/RS
Informações: cefipoa@terra.com.br
www.cefipoa.com.br

Diagnóstico e Tratamento Psicopedagógico dos Transtornos

Clínica Le-Psi - Caixas do Sul/RS
Informações: (54) 3027-4288
lepsi.cursos@gmail.com

Saúde Pública

Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3308-5327
roger.rosa@bcb.gov.br

Psicologia Jurídica IV Módulo - Psicologia e Crime

CLIP - Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação
Informações: (51) 3222-6134
info@clipmed.com.br
www.clipmed.com.br

Terapias Cognitivas e Dependência Química

NEAPC
Informações: (51) 3333-2123
ccstress@terra.com.br
www.nucleodeterapiascognitivas.com.br

Especialização em Ciências Criminais e Psicanálise

Universidade de Passo Fundo/RS
Informações: paulom@upf.br

Congressos

28 a 31/10 - I Congresso Brasileiro de Ludodiagnóstico

São Paulo/SP
Informações: www.eppa.com.br/
congresso%5Fludodiagnostico/

30/10 a 1º/11 - XVIII Encontro Latino Americano sobre o Pensamento de D.W. Winnicott

Colégio Notre Dame - Rio de Janeiro/RJ
Informações: (21) 3298-9709
www.detaileventos.com.br/winnicott2009

30/10 a 02/11 - XV Encontro Nacional da ABRAPSO

Maceió/AL
Informações: www.abrapso.org.br

Jornadas, Seminários, Simpósios

03/10 - II Colóquio Winnicott de Porto Alegre: A Ética do Cuidado

Escola Técnica - UFRGS
Informações: winnicottpoa@hotmail.com

05 a 07/10 - Simpósio Comemorativo aos 10 anos do curso de Psicologia da Unifra: História, Construção e Contemporaneidade

Unifra - Conjunto 1 - Salão de Atos - Santa Maria/RS
Informações: (55) 3220-1204
www.unifra.br

23 e 24/10 - III Semana da Infância e da Adolescência e I Encontro Interinstitucional

Contemporâneo - Instituto de Psicanálise e Transdisciplinariedade
Informações: (51) 3019-5343
ensino@contemporaneo.org.br

23 e 24/10 - IV Jornada do IPSI - Onde está o pai?

Hospital Regina - Novo Hamburgo/RS
Informações: (51) 3581-4055
ipsi@via-rs.net
www.ipsi.com.br

20 e 21/11 - VIII Jornada Científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise Porto Alegre

Hotel Plaza São Rafael - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3330-3845
cientifico.sbpdepa@terra.com.br
www.sbpdepa.org.br

Eventos CRPRS

18/09 – Psicologia e Mídia: desafios na construção de uma comunicação democrática

CRPRS – Porto Alegre
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br

22/09 – A História do Presente

CRPRS – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br

24 a 26/09 – Psicologia Jurídica

CRPRS – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br

26/09 – Líderes Saudáveis, Organizações Saudáveis

CRPRS – Caxias do Sul
Informações: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br

25/11 – Psicologia e Educação

CRPRS – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br